



REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

O FENÔMENO DA PÓS-VERDADE E A EDUCAÇÃO

*The phenomenon of post-truth and education**El fenómeno de la posverdad y la educación*Cleriston Petry
Maurício Rebelo Martins

RESUMO

A pós-verdade é um conceito que evidencia a preponderância das crenças e das emoções em detrimento dos acontecimentos e da indiferença entre verdade e mentira. Se o contexto da pós-verdade pode conduzir à perda do mundo comum, na medida em que o mundo é sustentado pela verdade, quais suas consequências para a educação? O que ensinar no contexto da pós-verdade? Desse modo, a presente investigação visa compreender as condições de possibilidade da educação e do ensino escolar e sua relação mais ampla com a política investigando, ademais, sobre como e o que ensinar em tais condições.

Palavras-chave: pós-verdade; educação; Hannah Arendt.

ABSTRACT

Post-truth is a concept that highlights the preponderance of beliefs and emotions to the detriment of events and the indifference between truth and lies. If the context of post-truth can lead to the loss of the common world, insofar as the world is sustained by truth, what are its consequences for education? What should be taught in the context of post-truth? In this way, this research aims to understand the conditions of possibility for education and school teaching and their broader relationship with politics, and to investigate how and what to teach in such conditions..

Keywords: Post truth; education; Hannah Arendt.

RESUMEN

La posverdad es un concepto que pone en evidencia la preponderancia de las creencias y de las emociones en detrimento de los acontecimientos. ¿Si el contexto de la posverdad puede llevar a la pérdida del mundo común, ¿cuáles son sus consecuencias para la educación? ¿Lo que enseñar en el contexto de la posverdad? Así, la presente investigación objetiva comprender las condiciones de

posibilidad de la educación y de la enseñanza y su relación más amplia con la política, investigando, aún, sobre como y el qué enseñar en tales condiciones.

Palabras-clave: posverdad; educación; Hannah Arendt.

Introdução

A guerra do Iraque, justificada com a falsa evidência de armas de destruição em massa; os discursos nacionalistas e extremistas na Europa, que localizam no “outro”, estrangeiro, a causa da decadência do país e dos valores nacionais; o Brexit; a pretensa ameaça comunista na América Latina; a corrupção como fenômeno exclusivo de um agrupamento político; a eleição de Donald Trump, Jair Bolsonaro e Javier Milei com suas respectivas retóricas; o negacionismo científico; o terraplanismo; e o processo de independência da Catalunha – “uma colossal manobra de distração e fuga para lutar pela hegemonia política” (Fanés, 2017, p. 12) – parecem ser eventos marcados pela desconsideração da diferença entre verdade e mentira e a sobrevalorização das emoções, dos sentimentos pessoais, da mensagem, do discurso em detrimento dos fatos.

A educação não fica imune ao fenômeno da pós-verdade. Se há a indiferença entre a distinção entre a verdade e a mentira, como ensinar e o que ensinar nas escolas? Se as crenças e a mobilização de sentimentos privados são mais relevantes do que os fatos, a escola está ameaçada no aspecto do ensino, porque este se volta ao passado e o passado é preservado pela memória, pela história, por documentos, testemunhos e, em especial, pela verdade fatural.

Pós-verdade foi a palavra do ano de 2016 escolhida pelo Dicionário de Oxford e que “faz referência às circunstâncias em que os fatos objetivos possuem menos influência para moldar a opinião pública que os apelos à emoção e às opiniões pessoais” (apud Pingeot, 2017). Não importa se a posse de Trump estava esvaziada de público. Para ele, o fundamental foi que nela acudiram mais pessoas do que a de Obama (amplamente desmentida por fotografias). Ou que, segundo o ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, não houve nenhum caso de corrupção em seu governo. Do mesmo modo, Trump e Bolsonaro não debatiam, na condição de presidente, com os “adversários” apresentando fatos ou sobre os fatos. Uma evidência

comunicada, mas “perigosa” para sua visão de mundo, é *bullshit*. Para Pingeot (2017), “o perigo da pós-verdade não é a mentira, que em si mesma pode ser uma forma de liberdade em relação ao fatural, mas a indiferença à distinção entre a mentira e a verdade”. Talvez mais significativo desse contexto foi a evocação do *alternative facts* por Kellyanne Conway, conselheira de Trump – como se pudessem existir fatos alternativos mesmo após sua realização.

A pós-verdade não é um fato, mas um conceito sobre a (não)relação dos homens com os fatos. Um conceito que evidencia a preponderância da crença e das emoções em detrimento dos acontecimentos objetivos. Os fatos não possuem o poder persuasório de um discurso carregado de referências emotivas ou apelos a crenças que mobilizam pessoas. Os fatos simplesmente são. Se pensarmos na história da política, da política como dominação, a mentira foi um meio frequentemente utilizado para conquistar e manter o poder. As experiências totalitárias radicalizaram essa prática em relação à utilização da mentira e até mesmo podemos argumentar que a pós-verdade não é uma experiência nova, mas surge no contexto da dominação total. Porém, a novidade está em que a indiferença entre verdade e mentira e o papel crescente dos sentimentos, da mensagem e das crenças na política se passe em contextos democráticos (ou pretensamente democráticos), onde a participação dos cidadãos não é negada, muito embora qualitativamente é prejudicada quando se resume a procedimentos ritualísticos, à sustentação passiva de um governo ou à eleição de outro com base na eficiência da comunicação que pode ou não prescindir dos fatos. Desse modo, a pós-verdade exige uma reflexão sobre a política e a crise da democracia. Por outro lado, em conformidade com o postulado arendtiano de que a natalidade é a essência da educação (2007, p. 223) e o fundamento da política como ação entre os homens (2005, p. 36), a pós-verdade também pode acarretar consequências para a educação? Há relação entre a crise na educação e a pós-verdade? Como educar no contexto da pós-verdade? A pós-verdade explicita a existência de uma crise em relação à verdade?

Uma incursão no pensamento de Hannah Arendt é fundamental, porque a verdade é um conceito que perpassa suas reflexões sobre o totalitarismo e tenciona com a ação, por um lado, e com o pensamento, por outro – ambos conceitos fundamentais para a compreensão das capacidades e

potencialidades humanas num contexto totalitário e pós-totalitário. Nesse sentido, o que é a verdade? Qual a relação entre a verdade e a política e entre a verdade e o pensamento? Ignorar e ser indiferente à distinção entre verdade e mentira pode ocasionar a perda do mundo e, portanto, agudizar a crise na educação?

Verdade, política e pós-verdade

Em seu artigo “Verdade e política”, Arendt (2007) argumenta que a verdade relativa à política é a verdade fatural e não a verdade racional, filosófica ou científica. Essa distinção é interessante porque reserva para cada esfera de atuação (filosofia, ciência e política) suas respectivas “verdades”. Em relação ao mundo enquanto espaço em que os seres humanos aparecem como seres singulares e sobre o qual atuam, discutem e discursam, a verdade fatural é o que importa. Ela está atrelada à estabilidade do mundo. A verdade na política diz respeito a fatos e eventos que são a “verdadeira textura do domínio político” (Arendt, 2007, p. 287) e a verdade, nesse sentido, não é contrária à aparência, isto é, a aparência não é aquilo que se interpõe entre os seres humanos e a verdade: a aparência não é mentira.

Para Arendt (2009, p. 35, grifos da autora), “neste mundo em que chegamos e aparecemos vindos de lugar nenhum, e do qual desaparecemos em lugar nenhum, *Ser e Aparecer* coincidem”. A existência de todas as coisas e seres humanos pressupõe um espectador que garante sua realidade. Em se tratando de seres humanos, aparecer significa ser reconhecido na singularidade de um ser que nasce no mundo e pode viver entre outros iguais e distintos. “A pluralidade é a lei da Terra” (Arendt, 2009, p. 35). Portanto, não é numa atitude contemplativa ou de reflexão interior acerca de mim mesmo que garante minha realidade e a do mundo. É por meio da ação e do discurso no qual apareço como um quem que me converte em sujeito e objeto ao mesmo tempo. Não há um Eu a ser buscado fora do mundo, um eu “mais verdadeiro”, essencial. Os seres humanos se revelam e não controlam integralmente as condições dessa revelação quando estão num espaço comum. “O aparecer

não consiste na visibilidade total: o visível não é a transparência, não é o desnudar do ser” (Roviello, 1987, p. 17, grifo da autora). A singularidade se revela na ação e no discurso, por isso, a revelação está sob a égide da espontaneidade, pois o ser humano comunica, também, uma identidade. Aparecer aos outros é aparecer no mundo e o indivíduo aparece sendo, porque é relevante o modo singular pelo qual ele está no mundo.

Aparecemos no mundo que é em virtude de sua capacidade de aparecer aos outros. Segundo Arendt (2009, p. 37), “estar vivo significa ser possuído por um impulso de autoexposição que responde à própria qualidade de aparecer de cada um”. Por causa da pluralidade humana, o aparecer sempre é um “parece-me”, pois aparecemos em meio aos seres humanos a partir de seus pontos de vista. Parecer é a qualidade de ser percebido por uma pluralidade de espectadores. Mas não somos apenas espectadores, somos do mundo, atuamos nele, aparecemos, participamos do “jogo do mundo”. Ao mesmo tempo que garantimos a realidade dos outros, eles garantem nossa própria realidade. Somente somos porque aparecemos. Do mesmo modo, por exemplo, o pensamento só se torna real quando discursamos, falamos sobre eles ou “produzimos” objetos-pensamento que aparecem no mundo e podem ser julgados pelos demais. Assim, se há uma verdade fatural, isto é, relativa aos fatos, ela não se encontra além das aparências, camuflada, escondida ou velada. A verdade fatural se refere ao que aparece e ao que apareceu.

Para Arendt (2009), a dicotomia entre (verdadeiro) ser e (mera) aparência é um preconceito metafísico, fundado na divisão entre dois mundos, em que a aparência é repleta de erros e ilusões e a verdade residiria no além ou aquém do físico (ou do mundo). Há, nesse sentido, a teoria de que as aparências podem ser explicadas por causas que não aparecem a priori e dão sentido àquilo que se passa no mundo. Na política, tal pressuposto repercute na busca de motivos ou intenções camufladas, escondidas ou não visíveis aos olhos dos espectadores e que, portanto, deteriam a verdade em relação aos fatos. Se a busca pelos interesses velados fosse o fundamento da ciência política, estaríamos diante da perversão da ideia de política centrada no conceito de ação, porque “se os interesses forem determinantes na ação, esta será submetida a uma avaliação baseada em critérios relacionados a meios e fins que a desvirtuará, aproximando-a da fabricação, com a característica

instrumental desta” (Abreu, 2004, p. 80). A ação diz respeito a eventos e acontecimentos, não a interesses que estão na base daquilo que aparece. O ser humano é um ser adequado às aparências, pensa Arendt, e estas revelam tanto quanto ocultam. Isso não significa que há um Ser além das Aparências, mas que todo Ser, para ser percebido, precisa aparecer no sentido de “parece-me”, pois ele sempre aparece a uma multiplicidade de seres capazes de percepção. Assim, não há uma verdade por detrás das “meras aparências” porque toda verdade é sobre as aparências. O próprio cientista, em seu laboratório, lida com as aparências, mesmo quando tenha de forçar algo a aparecer.

A indiferença entre a verdade e a mentira e a preponderância da mensagem e das emoções na política (a pós-verdade) contribuem para a suspeita geral em relação à esfera dos assuntos humanos, das relações entre indivíduos que atuam ou que buscam conquistar ou manter seu poder. A “fé elementar no outro” é importante para a política e a revelação dos agentes. “Confiar na palavra do outro é acreditar que o outro fala para me transmitir [...] o seu ponto de vista sobre o mundo e não para me enganar”, argumenta Roviello (1987, p. 27). A desconfiança generalizada é típica de contextos totalitários em que o domínio total necessita da separação e organização da solidão dos membros da sociedade. Ademais, hoje, a confiança é destruída na medida em que as pessoas têm de trabalhar em contextos mais flexíveis e de curta duração, cuja consequência são relações no nível da superficialidade degradante (Sennett, 2006, 2009). Como garantir a dignidade dos fatos, dos pontos de vista e da verdade fatural em que a confiança está ruindo?

As teorias conspiratórias distanciam as pessoas da realidade fatural, contribuindo para a promoção de um ambiente de suspeita acerca de todos os indivíduos e, especialmente, em relação aos “políticos profissionais”. Ademais, as conspirações são especialmente atrativas numa sociedade de massas, em que as pessoas não são convencidas pelos fatos, mas pela coerência desses fatos com o sistema do qual fazem parte (Arendt, 2011, p. 401).

Cumprir um papel importante para o alheamento da realidade a propaganda. E a propaganda reduz toscamente a realidade na “lógica de uma ideia” e, como argumentado, em teorias conspiratórias que permitem as pessoas fugirem da realidade, pois essa é mais complexa e ilimitada – na

medida que é constituída por palavras e ações – do que uma ideologia total, que tudo explica. Desse modo, a força da propaganda totalitária é a de isolar as massas do mundo real. No nazismo, a ficção mais eficaz foi a teoria de uma conspiração judaica para dominar o mundo que, a propósito, não fora criação sua, mas apropriada de ideias e preconceitos já existentes e arraigados na sociedade alemã. Além disso, Arendt (2011, p. 411) comenta que “o verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão, mas a organização”. O antissemitismo estava presente em toda a Europa antes mesmo do nazismo.

Snyder (2017, p. 57), nesse sentido, defende que se trate bem a língua, evitando usar frases que todo mundo usa, refletindo sobre a maneira de falar e sobre o conteúdo que é emitido. Sua orientação é uma crítica à utilização de clichês, preconceitos, frases de efeito que camuflam a realidade, destruindo o mundo. “Há enganos, falácias e armadilhas argumentativas que somente se sustentam pela reiteração e as marteladas de um batalhão de meios afins” (Fanés, 2017, p. 12). Arendt (2013), ao estudar o caso de Eichmann, no julgamento em Jerusalém em 1961, percebeu que o acusado fazia uso frequente de clichês e se reportava ao “oficialês”, incapaz de pronunciar uma frase de autoria própria. A autora constatou que em Eichmann não havia possibilidade de se comunicar, de pensar na perspectiva do outro e que os clichês eram uma maneira de se proteger da realidade, uma forma de autoengano, da qual fizeram parte 80 milhões de alemães (2013, p. 65). “Esquivar-se assim da realidade é ao mesmo tempo esquivar a responsabilidade” (Arendt, 2001, p. 168).

“Tratar bem a língua” implica dedicar-se a utilizar de maneira mais adequada o instrumento por meio do qual tornamos reais nossos pensamentos e nos inserimos no mundo. Do mesmo modo, “parar para pensar” é a alternativa fundamental em tempos sombrios, buscando o sentido, ressignificando argumentos e revendo a validade fatural de determinadas ideias. Prestar atenção nas ideias disseminadas como verdades e confrontá-las com a realidade pode ser um modo eficaz de evitar afastar-se do mundo. Porém, é evidente que isso não é suficiente, porque os nazistas, por exemplo, agiam como se o mundo fosse dominado por judeus. Sob a lógica de uma ideia (ideologia) se forja um mundo ou uma realidade que a sustenta. A peculiaridade da ideologia totalitária é sua explicação total, do passado, do

presente e do futuro, porque se ancora numa “lei”, seja da natureza, seja da História. Por isso, “as ideologias nunca estão interessadas no milagre do ser” (Arendt, 2011, p. 521), porque os seres humanos são capazes de ação e de pensamento e, portanto, de iniciar um novo estado de coisas, de introduzir a novidade no mundo, de começar outra vez e de abalar as estruturas de poder, na medida em que a ação é espontânea – um perigo para aqueles que almejam o domínio total.

O pensamento, distinto da cognição, almeja o significado e, para tanto, o indivíduo necessita retirar-se temporariamente do mundo para estabelecer um diálogo consigo mesmo. O pensar “interrompe qualquer fazer, qualquer atividade comum, seja ela qual for. Todo pensar exige um *pare-e-pense*” (Arendt, 2009, p. 97, grifo da autora). Afastamo-nos do mundo na medida em que o pensar transcende o próprio mundo, mas se realiza a partir dos acontecimentos. Do mesmo modo, pensar sobre o que se diz ou sobre o que é dito é importante: o pensamento não produz, pelo contrário, é potencialmente destruidor daquelas ideias pretensamente seguras pelas quais nos orientamos quando queremos escapar da realidade. Nesse sentido, o pensamento não se desvincula completamente do mundo, o mundo está presente mesmo quando pensamos – o objeto do pensamento pode ser o próprio pensamento (forma), nossos pensamentos (conteúdo) e o que nos acontece (conteúdo fatural). Esse distanciamento do mundo (e das ideologias!) implícito no pensar é possível devido à memória e à imaginação – a capacidade de tornar presente o que está ausente – e, também, de considerar o ponto de vista dos outros na atividade do julgar. O pensamento, portanto, não cria nenhum credo ou ideologia, pelo contrário, pode destruí-los na medida em que seu compromisso é com o significado e não com a produção de algo.

Os limites do pensar são os limites da linguagem. E os limites da linguagem são os limites do pensar. Uma língua empobrecida permite apenas pensamentos empobrecidos (porém, uma língua gramaticalmente rica com um vocabulário variado não elimina o problema da superficialidade e dos clichês). O cuidado com a língua, diante do fenômeno da “pós-verdade”, é de grande relevância. Em 1946, pouco antes da publicação de *1984*, Orwell escreveu um artigo sobre *A política e a língua inglesa*. Nele faz críticas à negligência, à feiura e à superficialidade da língua como resultado de pensamentos

ignorantes, do mesmo modo que a língua feia e superficial é uma barreira a pensamentos elevados e profundos. Orwell (2017) argumenta que devemos pensar com mais clareza, evitando a linguagem vaga e imprecisa, as metáforas moribundas, os operadores verbais falsos, a dicção pretensiosa e as palavras sem sentido.

Pensar e expressar com simplicidade não é o mesmo que ser superficial. Segundo o escritor inglês, escrever com simplicidade e clareza permite ser compreendido, organizando as palavras e escolhendo as metáforas apropriadas ao sentido. Deixar o significado escolher a palavra e não a palavra o significado. Colocar-se no lugar do leitor (ou do interlocutor) e decidir quais as impressões produzem as palavras escolhidas. Ou seja, todo pensamento quer ser comunicado e toda comunicação pressupõe a pluralidade e a imaginação. Mas toda comunicação deve estar aberta ao outro; ela é possível porque compartilhamos um mesmo mundo, porém falamos dele e sobre ele a partir de pontos de vista distintos.

Numa cultura de curto prazo, do ritmo veloz da vida, é perda de tempo parar para pensar, investigar, buscar os fatos e cotejá-los com o que é dito. Mais fácil é se entregar aos clichês, aos raciocínios instantâneos, às frases prontas e com forte apelo emocional. As redes sociais são repletas de “debates”, xingamentos e agressões variadas e a sua instantaneidade aliada à velocidade e obsolescência das informações torna-as um ambiente propício para a ausência de pensamento e para a fragilização da distinção entre verdade e mentira. E o problema não é o excesso de informações. Mas a falta de tempo, a ausência de uma educação estruturada na atividade do pensar e na inserção no mundo criam uma cultura em que o “falar merda” é normal, isto é, não censurável, porque se alia às condições de nossa “vida”. Embora possa ser, também, relaxamento, falta de preocupação e cuidado. Ausência de responsabilidade pelo mundo, nos termos de Snyder e Arendt.

É inevitável falar merda toda vez que as circunstâncias exijam de alguém falar sem saber o que está dizendo. Assim, a produção de merda é estimulada sempre que as obrigações ou oportunidades que a pessoa tem de se manifestar sobre algum tópico excederam seu conhecimento dos fatos pertinentes (Frankfurt, 2005, p. 60).

Segundo tal raciocínio, um político pode “falar merda”, especialmente porque na política a verdade pode entrar em conflito com a essência da ação. Um político que se faz de gestor pode “falar merda” porque desconhece a política, entende apenas da gestão (se muito!) de empresas privadas – e utilizar analogias da empresa para a política pode ser um mau uso da linguagem, quando não uma falácia. Um cidadão médio pode “falar merda” quando opina sobre qualquer coisa que foge à sua alçada de entendimento e, para dar conta da exigência de se posicionar, recorre àquilo de que dispõe: sentimentos, frases prontas, clichês, preconceitos. Tudo porque a cada novo post se vê no dever de se posicionar.

Verdades e significados: as faculdades do pensar e do conhecer

Arendt (2009), na primeira parte da obra *A vida do espírito*, atentou para a necessidade de distinguir entre verdade e significado, em que o significado é o resultado do pensar e a verdade é o critério mais elevado do conhecimento e da cognição. Arendt procede com essa distinção, de clara inspiração kantiana, para argumentar acerca da dignidade de uma atividade, a do pensar e a vida do espírito, a despeito da produção ou desvelamento da verdade por parte do cientista ou do filósofo. A verdade exerce uma coerção à medida que é evidenciada por provas irrefutáveis. As questões de significado, oriundas do pensamento, não são irrefutáveis; pelo contrário, a necessidade de pensar sempre se apresenta, a cada dia, a cada novo acontecimento e a cada novo pensamento. “A verdade é aquilo que somos compelidos a admitir pela natureza dos nossos sentidos ou do nosso cérebro” (Arendt, 2009, p. 79). Por outro lado, o pensamento não deixa nada de tangível em seu rastro. Para ter realidade, o pensamento prescinde de uma atividade posterior, o discurso, a palavra ou a fabricação de um objeto-pensamento ou conceito. Se a política é a esfera do possível, do inédito, do (re)começar, da liberdade, noutras palavras, da ação, qual o sentido da verdade se ela coage e, a princípio, é antipolítica?

É por isso que Arendt (1993) escreve, no artigo “Filosofia e Política”, uma crítica a Platão a partir do argumento de que a verdade pode instaurar uma tirania nos assuntos humanos. Para a autora, Platão se distancia do mestre, Sócrates, quando começa a duvidar da validade da persuasão, pois ela não foi capaz de evitar a condenação do filósofo pela *polis*. A persuasão era a forma especificamente política de se relacionar entre homens, excluindo a coerção ou o uso da violência, restritas aos domínios externos da política. A verdade, tal como pensava Platão, não era originária na política e é um fato interessante sobre o qual Sócrates não proferia nenhuma verdade, mas praticava a atividade do pensar no seio da vida política. A verdade filosófica, comenta Vallée (1999, p.44), “desconheceu um dado ontológico fundamental no qual se enraíza a política: a pluralidade humana”. Defender a verdade nos assuntos humanos é eliminar a relevância e a razão de ser da política, porque a verdade coage e, no sentido platônico, é contrária à opinião. Platão condena a *doxa*, também, quando começou a usar as ideias para fins políticos, introduzindo padrões absolutos na esfera dos assuntos humanos (Arendt, 1993, p. 92).

A verdade nos assuntos humanos pode conduzir a uma tirania, pois limita a liberdade e destrói a possibilidade da comunicação, cujo fundamento é a aparência, ou seja, o parece-me. A política, nesse sentido, é o espaço das opiniões, porque “o mundo se abre de modo diferente a cada ser humano” (Arendt, 1993, p. 96), garantindo sua realidade como comum: há um mundo distinto do eu e do tu, ou seja, algo com uma objetividade própria; ademais, a comunicação se baseia na igualdade, todos somos seres humanos, compartilhamos um mesmo mundo, e, na diferença, cada um é único e fala do e sobre o mundo a partir de um ponto de vista. Em resumo, banir a opinião da *polis* é destruir a política e a possibilidade de cada cidadão aparecer em sua singularidade.

Uma verdade extramundana ou transmundana é algo que destrói o jogo do mundo, das relações e da aparência. Não há política possível quando se instaura na esfera dos assuntos humanos padrões absolutos. Tal verdade elimina a persuasão e o diálogo e, assim, a pluralidade humana. Uma verdade teológica ou divina é contrária à condição humana. O que não significa que elas não sejam válidas em suas respectivas esferas de atuação (ou

contemplação). Uma verdade absoluta, filosófica, teológica ou científica pode ser destruída pelo pensamento, do mesmo modo que o pensamento pode paralisar diante de uma verdade desse tipo. Diante da verdade, o debate cessa. E, assim, perde-se o mundo e a comunicação: “o mundo não é humano só por ser feito por seres humanos, e não se torna humano só por nele se fazer ouvir a voz humana, mas sim, e só, quando se torna objeto de diálogo” (Arendt, 1991, p. 36). Se a indiferença entre a verdade e a mentira põe em risco a existência do mundo e da pluralidade, algo semelhante se passa quando na política padrões absolutos e verdades filosóficas, teológicas ou científicas passam a definir e orientar a conduta humana.

Visando evitar esse constrangimento, Arendt distingue entre verdade racional e verdade fatural. Essa diferença é fundamental e entrou em cena nos escritos da autora após seu longo estudo sobre o totalitarismo (publicado em 1950) e, especialmente, sobre as acusações que lhe recaíram em virtude da publicação de *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (publicado como livro em 1963), na qual Arendt foi acusada de inventar fatos e outras mentiras acerca de seu estudo. Respondeu às acusações no artigo “Verdade e Política” e retomou alguns argumentos em 1969 em “A mentira na política” por ocasião da publicação dos documentos do Pentágono sobre a guerra do Vietnã. Arendt estava ciente de que o pensar tem uma grande importância na política e Sócrates foi o grande (e último) exemplo de filósofo que atuava politicamente. Mas a política não poderia acontecer sem a existência e defesa de uma verdade própria, relativa aos assuntos humanos, a verdade fatural.

A verdade racional se refere às matemáticas, às ciências ou às filosofias. São necessárias, independentemente da comunicação, porque cada ser dotado de razão é capaz de apropriar-se delas. Seu contrário é o erro ou a ilusão. Ela coage na medida em que é “aquilo a que somos compelidos a admitir pela natureza dos nossos sentidos ou do nosso cérebro” (Arendt, 2009, p. 79). Negar tais verdades é enganar-se ou estar iludido, do mesmo modo, o desejo de enganar e iludir. No contexto da pós-verdade, essas “verdades” são atacadas porque transpostas ao mundo dos assuntos humanos e convertem em meras opiniões. Era a tentativa, por exemplo, de Trump e Bolsonaro em negar que as mudanças climáticas sejam resultado direto das ações humanas.

Ou dos terraplanistas de que a Terra seja esférica e o Sol, o centro de nossa galáxia. Ocorre, do mesmo modo, quanto à verdade filosófica, ou quanto às ideias platônicas, quando adentram a esfera da ação e da palavra, da *doxa*.

Por outro lado, a verdade fatural é contingente e diz respeito aos assuntos humanos, por isso é mais vulnerável e menos coercitiva – daí o risco de ser desconsiderada como verdade e/ou de a mentira ser o risco eminente. Tal verdade se localiza no horizonte do possível, porque se refere a fatos e eventos (Arendt, 2007, p. 287).

Em princípio, a verdade é contrária à política e, quando adentra os assuntos humanos, pode perder seu caráter e se converter em mais um ponto de vista. Devido à sua fragilidade e ao conteúdo (fatos e eventos), é mais fácil ser utilizada como manobra para a dominação e a destruição do mundo. Nesse sentido, a verdade fatural é a condição para a existência da realidade e do mundo. O contrário não é o erro ou a ilusão, mas a mentira. E a mentira sempre ocupou um espaço na política, na qual é um instrumento eficiente, capaz de ludibriar as massas e indivíduos indiferentes. Se o sentido da política é a liberdade (Arendt, 1993, p. 117), a verdade fatural parece estar em contradição com essa constatação. E Arendt argumenta que a capacidade de mentir está atrelada à capacidade de agir, porque ambas estão interligadas pela imaginação (Arendt, 2006, p. 15). Somos livres para começar outra vez, introduzir o inédito e o inesperado e é justamente nisso que se fundamenta a verdade fatural: iniciamos num mundo iniciado e em meio a outros iniciadores.

Os fatos são contingentes, isto é, poderiam ser de outro modo. A verdade racional se baseia em constatações cuja negação é uma contradição. Os fatos, eventos e acontecimentos são frágeis e vulneráveis donde a verdade fatural também é frágil e vulnerável. Desse modo, como defender uma verdade em relação aos assuntos humanos? Ela necessita de evidências que são as testemunhas e os documentos. Por mais que possam “provar” a verdade sobre os fatos, as testemunhas podem mentir e os documentos podem ser adulterados. Ademais, conforme já abordado sobre o totalitarismo, as mentiras são mais plausíveis que os fatos, pois a realidade é cheia de possibilidades, ilimitada. E os seres humanos anseiam por coerência e explicações que lhes confortem num mundo “fora dos eixos”.

A verdade é o que não pode ser mudado – mesmo que poderia ser de outro modo. Quando uma verdade fatural é pervertida em mera opinião, seu conteúdo de ser o que é se torna algo debatível e, portanto, objeto de persuasão. Foi a tendência que Arendt observou na Alemanha pós-Guerra, cuja fuga da realidade e da responsabilidade se verificava no hábito de tratar os fatos como simples opiniões (Arendt, 2001, p. 170). Porém, a verdade não persuade, ela coage. A verdade fatural constitui o fundamento das opiniões e não são em si mesmas opiniões. O que se debate é sobre seu sentido e significado, e não sua existência ou inexistência. Em se tratando de fatos não há *alternative facts*. “A veracidade dos testemunhos é, para cada indivíduo, a garantia da integridade do mundo no qual vive” (Roviello, 1987, p. 138). A verdade fatural é o limite constitutivo do espaço público e a garantia da realidade, ou seja, daquilo que aparece aos indivíduos. Podemos ocupar lugares distintos e pontos de vista diferentes, mas os fatos são os mesmos para todos, porque constituem o mundo comum. Fatos alternativos são, nesse sentido, mentiras.

Pós-verdade e a perda do mundo

Mente-se quando se tenta apresentar pontos de vista distintos aos fatos cuja evidência foi comprovada. A liberdade de opinião, argumenta Arendt (2007, p. 295), é uma farsa quando utilizada contra os fatos. Não há liberdade sem um mundo comum. Não é possível uma opinião sem a estabilidade de um mundo garantida pela construção do *homo faber*, pela constituição da política e pela verdade fatural. As paixões e interesses que fundamentam as opiniões podem pôr em risco a política e o mundo quando desconsideram ou são indiferentes aos fatos. “A verdade fatural informa o pensamento político, exatamente como a verdade racional informa a especulação filosófica” (Arendt, 2007, p. 296). Por isso, tais verdades estão para além do acordo, da disputa ou do consentimento. Manipular os fatos, mentir deliberadamente ou ser indiferente à distinção entre verdade e mentira têm por resultado o fim da política, da ação e da realidade. São características tanto de governos

fascistas, de ordem tirânica e de governos totalitários, que organizam a mentira e constroem seu domínio nesse frágil, embora coerente, terreno. Em nosso contexto, de sociedades democráticas, podemos estar sob a égide de uma “política pós-fática”, uma prática política que se torna indiferente ao que é, se desconecta dos fatos, de sua realidade e importância (Fanés, 2017, p. 16). Trata-se do fenômeno da pós-verdade em que os apelos às emoções e às crenças pessoais influenciam mais que uma opinião fundamentada em fatos. O político profissional, sob essa perspectiva, não está interessado nos fatos, mas no sentimento capaz de provocar nas pessoas, especialmente, no que elas pensarão dele. Os fatos são um problema a ser combatido. Em resumo, segundo Fanés (2017, p. 26), o que importa é “a posição desde onde se lançam as mensagens, e a cumplicidade, mais que a credulidade, do receptor”. Harry G. Frankfurt (2005, p. 39), por seu turno, argumenta que “é essa falta de preocupação com a verdade – e essa indiferença em relação ao modo como as coisas realmente são – que considera a essência do falar merda”.

A pós-verdade em si mesma não é mentira, mas está mais próxima da mentira do que da verdade ao desconsiderar a distinção e valorar mais a mensagem, os sentimentos, as emoções e os discursos sem o fundamento dos fatos. É evidente a manipulação das massas pela utilização econômica do ódio e do medo. E as mentiras e manipulações desse tipo são muito mais plausíveis à plateia, porque o mentiroso “tem a grande vantagem de saber de antemão o que a plateia deseja ou espera ouvir” (Arendt, 2006, p. 16). Apesar disso, em circunstâncias normais o mentiroso é derrotado pela realidade.

As circunstâncias normais são aquelas em que há uma imprensa, uma universidade e um poder judiciário livres. Em que as pessoas têm acesso aos fatos e não estão sob a égide de um domínio total que controla tudo, inclusive a realidade. Mesmo assim, “sempre chega o ponto em que a mentira se torna contraproducente” (Arendt, 2006, p. 17). É porque a realidade é infinitamente cheia de possibilidades que a mentira enfrenta o problema de ter que se perpetuar num universo em que os seres humanos podem agir e pensar. Por perseguir constantemente a plausibilidade, a mentira tem de ser alterada para dar conta dos acontecimentos. Se há fatos alternativos, qual a estabilidade desse mundo?

A verdade fatural diz respeito ao que acontece e, principalmente, ao que aconteceu. Nesse sentido, ela preserva a história e a constituição de um mundo estável em que é possível começar outra vez. Preservar a distinção entre verdade e mentira é a condição para a democracia, a política e a ação de cidadãos livres. É, também, a garantia de que as novas gerações herdarão um mundo no qual nasceram como estrangeiros. A tarefa da educação, como escreve Arendt (2007, p. 246), é “ensinar como o mundo é” e “prepará-las para as exigências inteiramente novas do mundo de hoje” (2007, p. 234). No contexto da pós-verdade, a exigência é que na escola seja preservada a verdade, seja fatural, científica, matemática ou filosófica. Ensinar como o mundo é exige a verdade fatural e a consideração dos fatos independente do quanto desejaríamos que fossem diferentes. A compreensão, que nos reconcilia com o mundo, só é possível se estivermos cientes dos fatos que o constituem.

Num contexto totalitário e no fenômeno da pós-verdade, portanto, a verdade tem um papel fundamental, verdadeiramente revolucionário e relacionado à liberdade. Em circunstâncias nas quais os fatos não exercem mais importância, defendê-los, falar a verdade, confrontar as mensagens com os fatos, é uma ação política no pleno sentido do termo. Quando todos “vivem na mentira”, a verdade é um ato de rebelião (Havel, 1990, p. 40). A “vida na verdade” preserva a identidade e é, também, um dos antídotos ao totalitarismo. Para Vallée (1999, p. 14), “existe uma única defesa contra o totalitarismo: saber desobedecer, ousar pensar pela própria cabeça, nunca desistir de si”. Por isso, “abandonar os fatos é abandonar a liberdade. Se nada for verdadeiro, ninguém poderá criticar o poder, porque não haverá base para fazê-lo” (Snyder, 2017, p. 63). Alguém que fala a verdade diz o que é, inicia um novo estado de coisas, introduz o inesperado e seu começo conduz a consequências imprevisíveis. As mentiras são frágeis porque não são estáveis e o mentiroso precisa estar sempre mudando sua história, o que o coloca na beira da incongruência (o contrário da função da verdade). Ademais, a vida na mentira só é possível enquanto o ser humano estiver disposto a viver nessas condições, porque é capaz delas.

Para finalizar: a educação contra a pós-verdade

O fenômeno da pós-verdade acarreta consequências para a educação que podem descaracterizá-la. A educação é uma relação entre gerações, na qual a mais “velha” introduz a mais “nova” ao mundo no qual todos nasceram como estrangeiros. Nesse sentido, “a função da escola é a de ensinar às crianças como o mundo é, e não instruí-las na arte de viver” (Arendt, 2007, p. 246). “Ensinar como o mundo é” significa ensinar as verdades acerca do mundo. Dizer o que é independente do quanto desejaríamos que ele fosse de outra maneira. A verdade fatural é o ponto de partida por meio do qual também nos inserimos no mundo e iniciamos novos processos, estabelecemos relações e começamos outra vez. É a verdade um dos elementos que estabiliza o mundo, o espaço em que podemos atuar e nos sentirmos em casa. Sem a estabilidade necessária, o mundo não passaria de uma sucessão de acontecimentos e eventos, em que é difícil se localizar e se reapropriar daquilo que é obra e resultado da ação humana. Sem a verdade fatural, não há como nos orientarmos no mundo e podemos perdê-lo.

A verdade, portanto, é uma questão de responsabilidade. Na escola, os estudantes são apresentados ao mundo e às verdades que o compõem, podendo perceber que há algo além dos pontos de vista familiares (valores, expectativas, visões de mundo); que é possível compartilhar um mundo comum e regular nossos cinco sentidos com o sentido da realidade que é o senso comum, ponto de partida para a formação das opiniões. Assim, a educação amplia o horizonte de sentido dos alunos e aprofunda seu discernimento para além das idiosincrasias. “Familiarizar os novos com seu legado pressupõe que, apesar da perda da tradição, existe alguma coisa que merece ser preservada do esquecimento. Conhecer o mundo [...] é, portanto, parte fundamental da educação” (Almeida, 2011, p. 164-165).

A verdade fatural é um dos limites fundamentais, porque “os homens normais não sabem que tudo é possível”. É o justo limite numa era em que o impossível se tornou fato, no qual o totalitarismo quis construir um novo ser humano. Se a pós-verdade indica a indiferença entre verdade e mentira, em que sentimentos e discursos exercem mais relevância e, ainda, quando as verdades são transformadas em meras opiniões, há a perda de sentido. “Se

nada é verdadeiro nem falso, bom ou mau, a regra será mostrar-se o mais eficaz, quer dizer, o mais forte. O mundo não estará mais dividido entre justos e injustos, mas entre senhores e escravos” (Camus, 2017, p. 16). As instituições e as leis garantem a existência dos direitos e a existência do espaço público. São os limites da ação ao mesmo tempo que a condição da ação. São as amarras institucionais que evitam que tudo seja possível. “As instituições em Arendt têm o papel de conservar o mundo, dando-lhe a estabilidade necessária para que os negócios humanos aconteçam” (Abreu, 2004, p. 149). Do mesmo modo, a escola e a universidade são instituições que permitem a ação, o pensamento, a criação e a fabricação, mas, também, são os limites para a estabilidade do mundo quando conservam a verdade. Porém, as instituições podem perder-se de sua tarefa, por exemplo, quando o Poder Judiciário julga desconsiderando os fatos, embora mantenha os rituais e a técnica. Se constrói uma fachada sob uma estrutura lógica (Havel, 1990, p. 98). Será o “estado de exceção” o contexto mais eficaz para a vitória da pós-verdade?

No fenômeno da pós-verdade, o conhecimento é relativizado em seu critério de verdade, ou quando é substituído pela informação ou pela capacidade de encontrar informações, escolhendo as potencialmente mais lucrativas num contexto competitivo. Quando a verdade é relativizada, transformada em “teoria”, “opinião” ou “ideologia”, a educação perde um aspecto fundamental que é a de introduzir na objetividade do mundo e na realidade. Se tudo não passa de “teorias”, “opiniões” e “ideologias”, tudo vale, inclusive a mentira. A plausibilidade e a coerência nem sempre são critérios responsáveis para se falar sobre a realidade. Arendt argumentou que as mentiras levam vantagem em relação à verdade porque se adaptam aos desejos humanos pela coerência. Se os estudantes têm de aprender apenas o que os pais desejam, a escola não tem mais sentido. Na escola não vamos para reafirmar o que sabemos, mas para nos confrontarmos com um mundo que é diferente do que nós somos (nossos valores, expectativas, crenças, práticas) e existe independentemente de nós – embora seja ameaçado pelo esquecimento.

Em 1950, Arendt, por ocasião da publicação do artigo “O pós-nazismo: reportagem na Alemanha”, percebeu que ainda havia uma herança do período nazista, o anseio de esquivar-se da realidade e a incompreensão da

necessidade da verdade para a democracia. “O alemão médio acredita sinceramente que esse relativismo em que vale tudo, este relativismo niilista perante os fatos constitui a essência da democracia” (2001, p. 171). No entanto, é a desconsideração da distinção entre verdade e mentira uma das causas para a crise da democracia. E a relativização de tudo é o começo do fascismo porque as verdades são ameaçadoras para os que desejam o domínio total e a submissão da condição humana pela eliminação da pluralidade. Nesse sentido, as universidades têm uma tarefa fundamental: a de preservar a verdade. Nelas deve haver investigações honestas e aulas em que os estudantes tenham acesso a um relato imparcial do que realmente se passou e se passa, em que as opiniões dos professores devem ser responsáveis e fundadas em fatos (Arendt, 2001, p. 171-172). Disso depreende-se que Arendt é contra a limitação da liberdade do professor em emitir opiniões. As opiniões são importantes para a política, porque além do “parece-me”, elas tratam do mundo, visto que devem ser baseadas em fatos. As opiniões não são distintas dos fatos. Os fatos são a base sob a qual tecemos opiniões. O senso comum se constitui a posteriori dos fatos e não o contrário (a verdade fatural independe de acordo ou persuasão). “O senso comum é acordo, ou antes, a perspectiva de um acordo na diversidade de pontos de vista sobre um mundo partilhado” (Brayner, 2008, p. 100). Ir à escola, ou à universidade, não é o mesmo que ir ao supermercado escolher o produto que mais nos agrada relativo à capacidade de compra.

Exigir que a escola ou a universidade se adequem aos desejos e interesses da família ou de um determinado grupo social implica descaracterizar a educação e o ensino, fragilizando um dos lugares nos quais a verdade é protegida da destruição. É na escola, especialmente, que as crianças e jovens aprendem a assumir a responsabilidade pelo mundo como seu mundo. Mesmo que esse não seja o melhor dos mundos possíveis, é a partir do conhecimento daquilo que o constitui que podemos nos reconciliar com ele. A educação, no contexto da pós-verdade, tem um compromisso com o conhecimento (verdade), com a compreensão e com o pensamento.

É possível ao professor ser neutro em relação ao conteúdo? Talvez a “neutralidade” esteja relacionada ao ideal da “objetividade”, segundo a qual exige a abstenção de emitir um juízo acerca do objeto, de manter distância e

não ser influenciado por aquilo que se estuda ou ensina. Mas esse ideal é contrário à condição humana, pois toda escolha de material, de obra, contexto, frase ou personagem já é interferir. Ademais, diante do fim da tradição, a perplexidade aumenta, pois não temos mais um fio condutor que nos orienta no passado. Estamos por nossa própria conta e responsabilidade sob a possibilidade de descobrir novos tesouros. Arendt (2007), por sua vez, pensa que o professor deve ser imparcial, como mencionado anteriormente. O ideal de imparcialidade é inspirado nos gregos, especialmente quando Homero decidiu “cantar os feitos dos troianos não menos que dos aqueus, e louvar a glória de Heitor não menos que a grandeza de Aquiles” (2007, p. 81). Diferentemente da era da pós-verdade, a imparcialidade significa preservar o mundo, os fatos e os eventos, dizer o que é, falar a verdade. A “neutralidade” e a “objetividade” pressupõem que o mundo é capaz de comunicar independentemente dos seres humanos. A “imparcialidade” é a correta noção que vincula “verdade” e “responsabilidade” sob o pressuposto de que “ser e aparência coincidem” e que a aparência também oculta e protege. A realidade é constituída por múltiplos pontos de vista e a tarefa da compreensão exige “olhar o mundo sob o ponto de vista do outro” (Arendt, 2007, p. 82).

A evidência da verdade fatural é feita por documentos, testemunhos e monumentos. Por isso, a aula não pode se restringir ao livro didático ou à leitura de manuais. Do mesmo modo, a escola, na era da pós-verdade não se limita ao conhecer, mas também ao pensar, à busca de sentido para aquilo que aconteceu e acontece. Pensar também pressupõe a verdade, pois exige que encaremos a realidade e não nos limitemos a fazer coisas ininterruptamente que podem ser apenas uma fuga, uma negação de encarar os fatos (Arendt, 2001, p. 175).

Diante da mentira a verdade ocupa um papel fundamentalmente político e revolucionário. Porém, a mentira, as crenças, os discursos, as palavras feitas, os clichês podem ser desarmados, desestabilizados e destruídos pelo pensamento. Generalizações que despertem sentimentos, medos e ódios são eficazes quando direcionadas a uma massa que desistiu de si e deixou de pensar. Por isso, num mundo “pós-totalitário” e diante do fenômeno da pós-verdade a educação precisa ser/ter o momento em que os alunos e pesquisadores parem e pensem sobre o que estão estudando ou fazendo.

Pensar é buscar o sentido daquilo que acontece. Pensar sobre um discurso e estar atento à linguagem que se utiliza são modos de enfrentar os discursos “pós-fáticos”, os clichês e preconceitos que são perigosos na medida em que o mal banal pode ser o resultado da ausência de pensar e de imaginar. A educação e o ensino não devem se restringir na cognição.

A imaginação, com o auxílio da memória, torna presente o que está ausente. A incapacidade de Eichmann de se colocar no lugar dos outros e, assim, imaginar, poderia ter mudado o curso de alguns acontecimentos ou, ao menos, permitir a consciência da culpa. A “perspectiva dos outros” constitui um ponto de vista geral, capaz de corrigir determinadas ideias e alargar o pensamento. Para Arendt (1993b, p. 57), “pensar com a mentalidade alargada significa treinar a própria imaginação para sair em visita”. Diante da frieza dos cálculos, da lógica e das verdades, a imaginação precisa ser cultivada num mundo em que, diante da ascensão de nacionalismos, o diferente é visto como perigoso e causa dos problemas “nacionais”. Ou simplesmente desse outro que não sou eu ou dessa circunstância em que não estou, mas poderia estar em imaginação. Camus (2017, p. 15) complementa: “a ideologia nega apenas os outros, só eles são trapaceiros. É então que se mata”. A ideologia totalitária, em termos arendtianos, mata o outro que é a pluralidade. Mata existencialmente e, se necessário, fisicamente.

A educação, na era da pós-verdade, é uma rebelião contra a situação que se impõe, ao mesmo tempo que é a tentativa de “compreender sua própria e peculiar responsabilidade” (Havel, 1990, p. 50). A educação é a oportunidade de as novas gerações desenvolverem habilidades, como a empatia, o pensamento e a imaginação, que são fundamentais para a democracia.

Referências

ABREU, Maria Aparecida. **Hannah Arendt e os limites do novo**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo**. São Paulo: Cortez, 2011.

AMIEL, Anne. **Hannah Arendt: política e acontecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993a.

ARENDT, Hannah. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993b.

ARENDT, Hannah. **Compreensão e política e outros ensaios**. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

ARENDT, Hannah. **La condición humana**. Barcelona: Paidós, 2005.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: Antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

BRAYNER, Flávio. **Educação e republicanism**: experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FANÉS, Jordi Ibáñez (Ed.). **En la era de la posverdad**. 14 ensayos. Barcelona: Calambur, 2017.

FANÉS, Jordi Ibáñez (Ed.). Introducción. In.: FANÉS, Jordi Ibáñez (Ed.). **En la era de la posverdad**. 14 ensayos. Barcelona: Calambur, 2017.

FRANKFURT, Harry G. **Sobre falar merda**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2005.

HAVEL, Václav. **El poder de los sin poder**. Madrid: Ediciones Encuentro, 1990.

ORWELL, George. **1984**. 12. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

ORWELL, George. **La política y el lenguaje inglés**. Disponível em: <http://bioinfo.uib.es/~joemiro/teach/material/escritura/Polyidres.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PINGEOT, Mazarine. **Pour mieux saisir la post-vérité, relire Hannah Arendt.** Disponível em : <https://theconversation.com/pour-mieux-saisir-la-post-verite-relire-hannah-arendt-71518>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROVIELLO, Anne-Marie. **Senso comum e modernidade em Hannah Arendt.** Lisboa: Instituto Piaget, 1987.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania: vinte lições do século XX para o presente.** São Paulo: Cia das Letras, 2017.

VALLÉE, Catherine. **Hannah Arendt: Sócrates e a questão do totalitarismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

Recebido em: 10/06/2024
Aceito em: 09/10/2024

Cleriston Petry

Professor Adjunto – classe C do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), núcleo UFMT. É Doutor em Educação (2017), com estágio doutoral na Universidad Carlos III de Madrid (2015-2016), Mestre em Educação (2012), Especialista em Administração Escolar (2012) e Licenciado em Filosofia (2009) pela Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). Coordena o projeto de pesquisa "Catástrofe e educação: filosofia para um mundo fora dos eixos".

 cleripetry@hotmail.com.br

 <https://lattes.cnpq.br/6885577670557196>

 <http://orcid.org/0000-0001-8900-6633>

Maurício Rebelo Martins

Professor Adjunto do Quadro Efetivo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (2006) e Mestrado em Educação pela mesma Instituição (2009). Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp com

estágio Doutoral pela Universidade de Valencia na Espanha. Tem experiência na área de Filosofia, Sociologia, Ética, Educação Especial, Pedagogia e Teatro.

 maurebelo@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/8729971388741189>

 <https://orcid.org/0000-0003-0661-660X>